



**Assembleia Municipal de Lagoa – Açores**

**ACTA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE LAGOA – AÇORES, DE 01 DE JUNHO DE 2010**

**ACTA Nº 03/2010**

Ao primeiro dia do mês de Junho do ano de dois mil e dez, pelas vinte horas e trinta minutos, teve início a sessão ordinária da Assembleia Municipal do Concelho de Lagoa - Açores, no Auditório dos Paços do Concelho, sob a Presidência do Senhor João Manuel Moniz de Sousa, do Primeiro Secretário da Mesa Filomena de Jesus Costa Oliveira Carneiro, em substituição da membro Susana Maria Goulart Pereira da Costa e do Segundo - Secretário Anabela da Silva Calisto.

A sessão iniciou-se com a apresentação pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de boas noites a todos os Membros da Assembleia, ao Senhor Presidente da Câmara e Vereação, tendo procedido de seguida à verificação da presença dos seguintes membros: João Manuel Moniz de Sousa; Vasco Manuel Verdasca da Silva Garcia; Olga Maria Rodrigues Borges Soares; Leonel da Rosa da Silveira; Eduíno Manuel da Ponte Rego; Gilberto Gouveia Branquinho; Cláudia Maria Medeiros Galego; Jorge Alberto Barbosa Almeida; Paulo Jorge Soares de Amaral Borges; Filomena de Jesus Costa Oliveira Carneiro; Francisco Manuel Mendonça Vieira; Maria do Rosário Andrea Mirante Afonso; Rosa Maria Cabral Borges; Rodolfo Martins Marques da Silva; Norberto Carlos Cordeiro Ponte; Pedro Miguel da Silva Monteiro; Roberto Manuel Sousa Oliveira; Roberto Manuel Pereira de Sousa; António Augusto da Ponte Borges; Durval Carlos Simas Faria e Anabela da Silva Calisto.

Não compareceram à sessão os membros: Susana Maria Goulart Pereira da Costa; Natália de Medeiros; André Carvalho Almeida; Fernanda do Carmo Furtado Jesus Rocha Costa e Albertina Maria da Costa Oliveira.

Em representação do executivo Camarário tomou parte na sessão o Presidente da Câmara João António Ferreira Ponte que se fez acompanhar pelos Vereadores: Fernando Jorge Ventura Moniz; Rui Manuel Maciel Costa d' Oliveira Ramos; Durval

Carlos Almeida Faria; Marco Paulo da Silva Teixeira; Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo e Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado.

Estiveram presentes os cidadãos José Fernando Carneiro Sousa e Jorge Amaral Borges, moradores na freguesia de Nossa Senhora do Rosário, seis moradores na Freguesia da Ribeira Chã e o cidadão Pedro Miguel Sousa Rodrigues, morador na freguesia de Santa Cruz, que assistiram à sessão, tendo usado da palavra, no período de intervenção aberto ao público, os cidadãos José Fernando Carneiro Sousa e Jorge Amaral Borges, moradores na freguesia de Nossa Senhora do Rosário e José Pacheco e Nuno Galego, moradores na Freguesia da Ribeira Chã.

O Senhor Presidente da Assembleia referiu que atendendo que foram enviadas cópias da acta aos membros representativos dos Partidos neste Órgão Deliberativo, que fosse dispensada a leitura da acta, o que foi aceite, por unanimidade.

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia colocou à aprovação de todos os membros a acta da segunda sessão ordinária, do dia 27 de Abril de 2010.

A acta foi aprovada, por unanimidade, dos vinte e um membros presentes no plenário.

Procedeu depois, o Senhor Presidente da Assembleia, à exposição da correspondência recebida no período de 27 de Abril a 1 de Junho de 2010 que se encontrou à disposição para consulta.

Pelo membro Maria do Rosário Andrea Mirante Afonso foi recebida comunicação, solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 27 de Abril de 2010.

Pelos membros: Susana Maria Goulart Pereira da Costa; Natália de Medeiros; André Carvalho Almeida e Albertina Maria da Costa Oliveira, foram recebidas comunicações, solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 1 de Junho de 2010.

A Mesa considerou justificada as faltas.

## **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

**PROPOSTA PARA A ATRIBUIÇÃO DE UM VOTO DE LOUVOR AO CLUBE OPERÁRIO DESPORTIVO PELA SUBIDA DA SUA EQUIPA DE FUTSAL À II DIVISÃO NACIONAL:**

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi apresentada a proposta para a atribuição de um Voto de Louvor ao Clube Operário Desportivo pela subida da sua equipa de Futsal à II Divisão Nacional, que abaixo se transcreve:

“O Clube Operário Desportivo alcançou no passado dia 15 de Maio um feito inédito no Desporto Regional Açoriano com a subida da sua equipa de futsal à II Divisão Nacional.

Tratou-se de um evento que se revestiu de grande significado para a qualidade do desporto lagoense, bem como para a história do próprio concelho, o primeiro concelho insular, tanto dos Açores como da Madeira, que consegue ter uma equipa de futsal na II Divisão Nacional.

Trata-se de um feito ainda mais surpreendente se se tiver em conta que esta foi a segunda participação da equipa de futsal do Clube Operário Desportivo na III Divisão Nacional desta modalidade, uma equipa que tem sabido granjear respeito e prestígio para o desporto lagoense e para com o próprio concelho.

Considerada a importância social do fenómeno desportivo da inédita subida à II Divisão Nacional de Futsal e o seu contributo no panorama desportivo regional, para além do prestígio que tal subida confere ao Município de Lagoa, venho propor à Assembleia Municipal a atribuição de um Voto de Louvor a este clube pelo extraordinário feito alcançado e que em muito prestigia a Lagoa.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Voto de Louvor apresentado pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

**VOTO DE CONGRATULAÇÃO:**

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi apresentado o Voto de Congratulação, que abaixo se transcreve:

“Considerando que foram apresentados 101 trabalhos ao 18º Concurso Jovens Cientistas e Investigadores na IV Mostra Nacional de Ciência, que decorreu entre 27 e 29 de Maio no Museu da Electricidade em Lisboa, sendo 3 dos quais da Escola Secundária de Lagoa que foram desenvolvidos ao longo do ano lectivo 2009/2010 em Área de Projecto do 12º Ano;

Considerando que dos três projectos apresentados pela Escola Secundária de Lagoa a saber: "Programa de biomonitorização da doença vibroacústica"; "A entomologia como recurso da Ciência Forense" e "Açores - Terra rica em antioxidantes!", um conquistou o 1º Lugar no 18º Concurso Jovens Cientistas e Investigadores;

Considerando que o trabalho vencedor "Programa de biomonitorização da doença vibroacústica" - desenvolvido pelos alunos Carla Raposo, Filipe Amaral e Tiago Costa, da turma A do 12º, e coordenado pela professora Alexandra Seara - foi distinguido com o 1º lugar absoluto.

Considerando que aquele grupo de alunos irá representar o país com o projecto vencedor no European Union Contest for Young Scientists, cuja Mostra de Trabalhos decorrerá entre 27 e 29 de Setembro 2010 em Lisboa no Museu da Electricidade.

Considerando a importância da atribuição deste prémio, que demonstra o empenho e o espírito científico dos alunos e da sua professora, bem como a dinâmica da Escola Secundária de Lagoa, que se traduz na promoção do nome do Concelho de Lagoa e dos Açores em geral, venho propor a atribuição de um Voto de Congratulação à Escola Secundária de Lagoa bem como à equipa vencedora deste Concurso."

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Voto de Congratulação apresentado pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

#### **PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS:**

O membro Vasco Garcia na sua intervenção deu as boas noites a todos os presentes, expôs e solicitou esclarecimentos sobre as seguintes situações:

- Sobre o empréstimo a curto prazo, autorizado pela Assembleia Municipal na última sessão, no valor de 590.000,00 € (quinhentos e noventa mil euros), questionou se já foi contratado o empréstimo e quais as condições praticadas pela Instituição Bancária. Advertiu que quanto mais tarde se negociar pior, pois prevê-se que nos próximos meses a situação financeira se agrave;
- Sobre a segunda situação expôs que na qualidade de Presidente da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada recebeu um ofício da Empresa Municipal de Lagoa, em 7 de Maio de 2010, solicitando a apresentação de propostas para a prestação de Serviços de Nadadores Salvadores, para a época balnear de 2010. Informou que aquela Associação, a que preside, se congratulou com a colaboração solicitada, a qual mereceu o seu despacho imediato. Os Serviços Administrativos procederam à elaboração da proposta, em 12 de Maio de 2010, com

o orçamento global da prestação dos serviços solicitados. Posteriormente, em 20 de Maio de 2010, receberam um novo ofício da Empresa Municipal de Lagoa, com a indicação de correcção de datas, passando o trabalho a ser prestado no período de 3 de Junho a 12 de Setembro de 2010. Naquela data, já se encontrava de férias e a Vice-Presidente daquela Associação face à comunicação de alteração de datas da prestação de serviços, refez a proposta inicialmente apresentada e endereçou a mesma à Empresa Municipal de Lagoa.

Mais informou o membro Vasco Garcia que a Associação Humanitária de Bombeiros não recebeu qualquer comunicação por parte da Empresa Municipal de Lagoa. Em seu entender, por uma questão de educação, de ética e de colaboração deveria ter havido uma resposta a dizer que a proposta apresentada não tinha sido aceite por este ou aquele motivo. Em sua opinião, não é uma boa forma para se manter boas relações institucionais e manifestou o seu profundo desagrado pela forma como a Empresa Municipal de Lagoa, tratou a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada, que não merece, face às boas ligações que tem com o Concelho de Lagoa e que, enquanto for Presidente da Direcção vão continuar a existir, nomeadamente, entre o Senhor Presidente da Câmara e ele próprio.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que estes assuntos seriam respondidos pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

#### **CLUBE OPERÁRIO DESPORTIVO:**

O membro Gilberto Branquinho apresentou cumprimentos a todos os presentes e agradeceu o Voto de Louvor apresentado ao Clube Operário Desportivo. Informou que aquele Clube tem trabalhado em prol do Concelho de Lagoa. Informou ainda que não foi só este o êxito alcançado, nesta época desportiva, também houve outros bons resultados, nomeadamente, os escalões de formação ganharam 8 provas; no basquetebol obtiveram uma boa classificação; na modalidade de Xadrez alcançaram o primeiro lugar do Campeonato Nacional da 3ª Divisão 2009/2010 Série Açores, passando à II Divisão Nacional Série Açores e no atletismo também ganharam vários prémios. Concluiu, citando que a volumetria que o Clube Operário Desportivo tem, dignifica em muito o Concelho de Lagoa e é uma Instituição que trabalha e a sua Direcção em prol do Desporto no Concelho de Lagoa.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

**ASSUNTOS DIVERSOS:**

O membro Paulo Jorge Borges na sua intervenção deu as boas noites a todos os presentes e apresentou à Assembleia Municipal os seguintes assuntos:

**PROTESTO:**

Em seu nome e dos membros: Pedro Monteiro; Leonel da Silveira; Rosa Borges e Cláudia Galego, apresentou e leu o Protesto recorrente que abaixo se transcreve:

“De acordo com o Art. 21 do Regimento desta Assembleia Municipal a Mesa da Assembleia é composta apenas por um Presidente que é o Presidente da Assembleia, um 1º secretário e um 2º secretário, não sendo pois justificável que o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal em exercício tenha assento na mesma, pois isto viola o disposto no Regimento.

Conforme o Art. 35 do Regimento a Câmara Municipal faz-se representar obrigatoriamente nas sessões da Assembleia mas definitivamente não pode fazer parte da Mesa.

Esteja pois com dignidade numa mesa separada e não contigua com a Mesa da Assembleia.

A regularização desta situação ilegal foi solicitada na reunião da Assembleia Municipal no dia 17 de Dezembro de 2009, apresentado um protesto na reunião de 26 de Fevereiro de 2010 e na reunião de 27 de Abril de 2010.

Não tendo esta sugestão sido aceite pela Mesa, voltamos a protestar e a pugnar para que seja reposta a legalidade.”

**RECOMENDAÇÕES:**

Referiu que na sessão de 26 de Fevereiro de 2010, esta Assembleia Municipal aprovou duas recomendações, uma à Assembleia da República - Participação Variável dos Municípios no IRS, e a outra à Assembleia Regional - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores (ERSARA). Na sessão de 27 de Abril questionou o ponto de situação sobre as Recomendações apresentadas e nesta sessão voltou a perguntar à Mesa, se a Assembleia da República e Assembleia Regional acusaram ou não a recepção daquelas recomendações. Se acusaram a recepção o que disseram, e se não acusaram a recepção das recomendações gostaria de saber o que o Senhor Presidente da Mesa pretende fazer.

### **OBRA DE PROTECÇÃO DA ORLA MARÍTIMA - ROCHA QUEBRADA:**

Expôs que a Resolução do Conselho do Governo nº 55/2010, de 10 de Maio, autorizou a celebração de um contrato programa, entre a Região Autónoma dos Açores e a Sociedade de Promoção e Gestão Ambiental, S.A. destinado a executar a empreitada de protecção da orla marítima adjacente à Rua da Rocha Quebrada, na Atalhada, no âmbito do Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Costa Sul de São Miguel, pelo valor de 521.000,00€. Questionou para quando está previsto o início dos trabalhos, que tipo de trabalhos vão ser executados naquela obra, se a obra já foi adjudicada e qual a empresa adjudicatária.

### **COMPLEXO MUNICIPAL DE PISCINAS:**

Referiu que iniciou-se a época balnear e não é segredo que o Concelho de Lagoa tem, em sua opinião, o melhor Complexo de Piscinas Naturais dos Açores e quiçá do País. Teve conhecimento que este ano, por falta de recursos financeiros, não irá ser feito os trabalhos de limpeza dos ouriços no fundo das poças do referido Complexo. Acrescentou, que é do seu conhecimento que o Complexo Municipal de Piscinas está a cargo da Empresa Municipal de Lagoa e opinou que bastaria que o Conselho de Administração não reunisse uma vez este ano, para restar 400,00 €, para pagar aquele serviço. Em sua opinião, é importante efectuar aquela limpeza, para oferecer um bom serviço aos utentes daquele espaço.

### **ELEVAÇÃO DA VILA DA LAGOA A CIDADE:**

Citou que recentemente o Presidente da Junta de Freguesia do Rosário deu uma entrevista num Jornal da nossa Ilha, na qual manifestou a sua opinião que “preferia ter uma boa Vila do que uma má Cidade”. Face a esta opinião apresentou várias questões: o que terá movido aparentemente este Presidente de Junta de Freguesia a mudar de opinião; será que esta opinião também é comungada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, uma vez que vai ser ouvido na Audição Parlamentar sobre o Projecto de Decreto Legislativo Regional “Elevação de Lagoa à categoria de Cidade”; será que o Senhor Presidente da Câmara Municipal também já mudou de opinião; será que saberão de alguma outra coisa que os membros desta Assembleia não sabem e por último será que estão a preparar a população para dizer que a Vila da Lagoa já não vai ser Cidade.

Sobre o último assunto apresentado, “Elevação da Vila da Lagoa a Cidade” o Senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu que não sabe o que pensa o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Rosário. Expôs a sua opinião, referindo que embora esta passagem de Vila a Cidade não traga grandes vantagens, é sempre uma promoção e é importante para o Concelho de Lagoa. Esta é a sua posição, a que sempre teve e a que vai defender. Não sabe mais nada sobre o assunto.

Sobre as duas recomendações apresentadas à Assembleia da República e à Assembleia Regional informou que não houve ainda respostas e vai tentar saber o que é que se passa.

Em relação às outras questões apresentadas será o Senhor Presidente da Câmara a prestar as devidas informações.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

#### **RUA DE SÃO JOSÉ, NA FREGUESIA DA RIBEIRA CHÃ:**

O membro Pedro Monteiro na sua intervenção deu as boas noites a todos os presentes e deu conhecimento que mais uma vez não recebeu a comunicação para esta sessão, nem em suporte de papel, nem conseguiu ter acesso aos documentos por via electrónica, foi o membro Paulo Jorge Borges quem lhe facultou os documentos. Como tem acompanhado a comunicação social nos últimos dias, questionou o Senhor Presidente da Câmara porque não está do lado dos moradores da Ribeira Chã, nomeadamente, em relação à segurança dos moradores.

Sobre o mesmo assunto, o membro Jorge Almeida interveio e apresentou cumprimentos a todos os presentes. Questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre o ponto de situação do talude da Rua de São José, na freguesia da Ribeira Chã e o que é que vai ser feito naquele local, se por parte da Câmara Municipal ou do Governo Regional.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

#### **ASSUNTOS – VILA DE ÁGUA DE PAU:**

O membro Roberto Sousa deu as boas noites a todos os presentes e referiu que em primeiro lugar gostaria de dar os parabéns à Empresa Municipal Lagoa por ter hasteado hoje a Bandeira Azul na Zona Balnear da Caloura, em Água de Pau. Realçou



que foi a primeira Bandeira Azul a ser hasteada nos Açores e a segunda a nível nacional.

Questionou qual o ponto de situação das obras no Porto da Caloura, relativamente às derrocadas que ocorreram, referindo que os pescadores continuam a aguardar.

Sobre a obra de Requalificação Urbanística da Baixa d' Areia, na Caloura questionou para quando está prevista a sua inauguração. Deu os parabéns antecipados pela excelente obra que está sendo executada.

Por último, referiu que gostaria de apresentar uma proposta à Assembleia Municipal, que a próxima sessão da Assembleia Municipal se realizasse no edifício da Junta de Freguesia de Água de Pau, atendendo que no próximo dia 28 de Julho, aquele edifício será cedido pelo Município de Lagoa à Freguesia de Água de Pau.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

#### **INFORMAÇÕES PRESTADAS PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:**

De seguida usou da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, que deu as boas noites a todos os presentes na Assembleia Municipal e começou por responder às questões colocadas pelo membro Vasco Garcia. Relativamente à contratação do empréstimo a curto prazo, no valor de 590.000,00 €, informou que já foi realizado o procedimento concursal, tendo apresentado melhor proposta o Millennium bcp, com um spread mais baixo do que as outras Instituições de Crédito. Não tem presente o valor do spread mas essa informação depois será transmitida, tendo o processo decorrido antes do agravamento da actual situação bancária.

Quanto ao assunto da prestação de serviços dos nadadores salvadores só pode dizer que esta não é a forma da Câmara Municipal de Lagoa trabalhar, deve ter havido alguma justificação para este procedimento. Vai averiguar o que se passou e dará conhecimento da justificação de tal situação.

Em relação às questões colocadas pelo membro Paulo Jorge Borges referiu, em relação ao voto de protesto, que ele não é exigente, senta-se onde o Senhor Presidente da Assembleia Municipal o mandar sentar e mais uma vez informou que os membros da Mesa da Assembleia Municipal e o Presidente da Câmara Municipal encontram-se fisicamente separados, sendo as mesas individuais, conforme demonstração no local, depois de ter levantado a toalha.

O membro Paulo Jorge Borges protestou, mais uma vez, esta falta de senso do Senhor Presidente da Câmara Municipal por esta brincadeira que é a terceira vez que ocorre. É uma falta de respeito e uma atitude indigna do Senhor Presidente da Câmara Municipal perante os membros desta Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pediu ao membro Paulo Jorge Borges para não interromper o Senhor Presidente da Câmara que estava no uso da palavra, para moderar o seu tom de voz e ter mais cuidado nas suas intervenções.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, comentou que em todas as sessões o membro Paulo Jorge Borges insiste com esta situação e hoje temos participação do público pela primeira vez, seis moradores da Rua de São José, na Freguesia da Ribeira Chã, aos quais deu as boas vindas e agradeceu a sua presença nesta sessão da Assembleia Municipal. Referiu que espera que ao terminar esta sessão fiquem com uma boa imagem desta Assembleia Municipal. Em sua opinião, o que é essencial nas reuniões dos Órgãos deste Município é que sejam discutidos os assuntos que são importantes para os Lagoenses. Os Lagoenses não querem saber se o Senhor Presidente da Câmara fica sentado na mesa mais à direita ou mais à esquerda do Senhor Presidente da Assembleia Municipal querem é ver os seus assuntos resolvidos e foi para isso que foi eleito, com 66% dos votos dos Lagoenses.

Sobre a execução das obras da Rocha Quebrada, na Atalhada, disse que o que a Câmara Municipal tem conhecimento, e na sequência de um processo longo, com várias insistências por parte da Câmara Municipal e do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Rosário, em relação à necessidade de realização daquelas obras, é que será executada uma protecção na base do talude, de modo a conter o processo de erosão e minimizar futuras derrocadas da falésia que afectem aquela zona. Trata-se de uma obra que é necessária e julga que vai ficar enquadrada do ponto de vista ambiental, dado aos materiais que estão previstos aplicar.

Relativamente à época balnear referiu que não sabe onde o membro Paulo Jorge Borges obteve a informação de que os ouriços no fundo das poças do Complexo Municipal de Piscinas não iriam ser limpos por falta de verbas. Opinou que esta é uma afirmação “caricata” mas faz parte do estilo desta oposição. Informou que os Lagoenses vão ter à sua disposição o Complexo Municipal de Piscinas em perfeitas condições, pois os trabalhos de limpeza dos ouriços e algas do fundo das poças estão

a ser feitos. Para além das preocupações que os cidadãos têm, também um dos requisitos para hastear a Bandeira Azul exige essa limpeza.

Sobre o assunto das senhas de presenças dos Vogais da Empresa Municipal de Lagoa que tem sido um assunto recorrente nas reuniões, informou mais uma vez que aquele valor das senhas de presença é uma compensação financeira atribuída aos Vogais que gerem a Empresa Municipal, pela responsabilidade que têm pela gestão e por todo o trabalho que exercem na Empresa e não pode ser confundido com o valor pago pela mera comparência nas reuniões, tanto mais, que reúnem mais do que uma vez por mês. Esta é uma situação que acontece em todas as Empresas Municipais e em sua opinião, não fica bem a alguns membros da Oposição estarem sempre a falar no mesmo assunto. Acrescentou ainda, que não vai ficar eternamente na Presidência da Câmara Municipal de Lagoa e espera que a Oposição, um dia, quando chegar ao poder não se esqueça do que estão a dizer.

Pelo membro Paulo Jorge Borges foi referido que tem boa memória.

Em relação às declarações do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Rosário comentou que todos sabem que muitas vezes, nem sempre os títulos dos Jornais correspondem àquilo que é dito. Não vê nas declarações do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Rosário qualquer recuo em relação àquilo que tinha dito no passado. Por parte da Câmara Municipal vão manter a posição até agora defendida. Já há um calendário para a concretização desse anseio, gostaria que a elevação da Lagoa a cidade seja efectivada no âmbito das comemorações dos 490 anos de Vila, a realizar em 2012, um ano antes das eleições. A Lagoa merece, ter o estatuto de Cidade, pelo trabalho que foi feito de desenvolvimento e face ao crescimento que se tem vindo a verificar nos últimos anos.

Sobre a questão colocada pelo membro Pedro Monteiro, “porque não está do lado dos moradores da Ribeira Chã”, referiu o Senhor Presidente da Câmara que esteve fora uns dias, não leu a imprensa e o membro Pedro Monteiro não percebeu e não leu o que já tinha dito ao longo deste processo. Afirmou que não está, nem nunca esteve contra os moradores da Ribeira Chã, já reuniu com eles pelo menos duas vezes e a situação actual deste processo deve-se também ao empenho da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara pediu mais uns minutos para relatar todos os factos deste processo, para que todos possam compreender melhor a situação. Em 2001,

no mandato do Eng. Martins Mota foi solicitado uma nota técnica ao Laboratório Regional de Engenharia Civil sobre a situação do talude da Rua de São José, na freguesia da Ribeira Chã. Desta solicitação, deu origem uma nota técnica, emitida pelo LREC que faziam algumas considerações e apresentavam um conjunto de recomendações. O Laboratório Regional de Engenharia Civil quando faz notas técnicas nunca apresenta uma avaliação crítica, em relação à análise de viabilidade económica das soluções que são apresentadas. As soluções que eram apontadas e que davam resposta aos problemas da Rua de São José, a maior parte delas ou as que possivelmente poderiam resolver ou eram utópicas ou do ponto de vista económico não eram exequíveis, por isso ao longo destes anos não foram feitas, seguramente, por razões técnicas e económicas.

Este relatório apontava ainda algumas recomendações, designadamente, o corte de alguma vegetação, problema de encaminhamento de águas pluviais e a não utilização de algumas zonas do talude para currais e criação de aves. Algumas destas recomendações foram resolvidas, mas de facto as intervenções de fundo ficaram por executar. Este ano, tivemos um Inverno atípico e dada a natureza dos materiais, há vegetação de grande porte e também devido ao processo de erosão ao longo destes anos, verificou-se alguns deslizamentos de terra. Na última crise sísmica mais importante que houve naquela falha também registou-se alguns pequenos deslizamentos naquela zona.

A Câmara Municipal já tinha sido alertada pela Junta de Freguesia da Ribeira Chã em relação a esta preocupação da situação da Rua de São José, a qual também foi transmitida ao Governo Regional. Em consequência de reunião que ocorreu na Junta de Freguesia com os moradores e os membros daquela Junta de Freguesia, a Câmara Municipal pediu uma actualização do relatório que tinha sido feito pelo Laboratório Regional de Engenharia Civil, em 2001. A nota técnica agora apresentada em relação a esta situação é no seu entender mais objectiva, pois a situação também evoluiu mas para pior e apresenta uma das soluções para a situação a deslocalização de algumas das habitações daquela rua e que estão perfeitamente identificadas. Perante este facto, a Câmara Municipal tem consciência que esta não é uma situação agradável, muitas pessoas nasceram, cresceram e sempre viveram naquela rua, mas há uma questão que não podemos esquecer, o que está em causa é a preocupação da Câmara são a segurança das pessoas. Já teve uma segunda reunião com os moradores mas antes reuniu com o Senhor Secretário Regional do Ambiente e do

Mar e com a Senhora Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social, porque é uma situação que necessita da intervenção do Governo Regional. Na reunião foi apresentada de forma clara e transparente as conclusões do relatório e qual era o entender da Câmara e do Governo Regional, a única situação possível para manter segurança aos moradores daquela zona. Ficou definido que os moradores que assim o desejassem dariam o nome na Junta de Freguesia da Ribeira Chã a fim do Governo Regional proceder à avaliação das respectivas moradias e as famílias serem indemnizadas pelo valor que será acordado entre as partes.

Informou ainda, que foi colocada uma questão por um jornalista, porque foi que a Câmara Municipal permitiu que se adquirisse habitações e autorizou a construção de moradias naquela zona. Esclareceu que existe legislação que a Câmara tem que cumprir e não existe neste momento qualquer fundamento legal que impeça a construção de habitações naquela zona. O Gabinete Jurídico da Câmara Municipal está a estudar uma forma legal no sentido de criar uma zona não edificante, de modo a salvaguardar a segurança de pessoas e bens. A Região não tem ainda uma carta de riscos. Todos nós conhecemos aquele local há muitos anos e independentemente da beleza do local, temos consciência que não é um lugar 100% seguro. Não podemos dizer que a culpa é da Câmara, a Câmara não manda na natureza, temos que aceitar o facto como um acto da natureza e cabe à Câmara Municipal de forma responsável encontrar soluções para garantir a segurança às pessoas.

Sobre esta matéria dirigiu a palavra ao membro Pedro Monteiro e disse que não sabe em qual é a parte em que está contra os moradores da Ribeira Chã. Acrescentou que nestas situações é preciso ter alguma serenidade e responsabilidade e deixar a política partidária de lado, o que está em causa são a segurança das pessoas.

O membro Pedro Monteiro esclareceu que não disse isso, disse sim, "porque não está do lado dos moradores da Ribeira Chã".

O Senhor Presidente da Câmara referiu que a questão colocada pelo membro Jorge Almeida ficou prejudicada porque respondeu em conjunto.

Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Água de Pau referiu que a situação ocorrida no Porto da Caloura é quase que uma situação similar à Rua de São José, na Ribeira Chã. Comentou que também "não deve estar do lado dos pescadores". Hoje, na ocasião do hastear da Bandeira Azul, na Caloura, esteve com os pescadores e obviamente que eles estão desgostosos com

a situação que também tem a ver com segurança. Até ter havido aquele deslizamento todos nós estávamos convencidos que aquela era uma zona segura, a partir do momento que acontece a derrocada temos que pensar e repensar o assunto. Os pescadores têm alguma dificuldade em entender o problema. Enfrenta a situação com a frontalidade que lhe é característica e respeitam-lhe por isso. Em sua opinião, primeiro deve-se verificar, para ter a certeza, das condições de estabilidade daquele talude e até lá arranjar uma solução transitória. Terá que se reduzir a zona da rampa, a zona de varadouro, de estacionamento de viaturas e prejudicar algumas das casas de apetrechos até se perceber as condições de estabilidade da zona. Tem conhecimento que por parte do Governo Regional já foi solicitado ao Laboratório Regional de Engenharia Civil um estudo aprofundado sobre aquela situação. Se amanhã acontecer algum acidente, as posições alteram-se e aqueles que hoje são os primeiros a criticar a Câmara e o Governo, por não abrir o Porto, são também os primeiros a criticar, nestas situações é preciso ter algum cuidado e responsabilidade. Tem que se avançar para uma situação transitória porque também não é razoável para os pescadores estarem em Vila Franca do Campo, as relações entre eles não são as melhores, não se sentem bem e também já tem havido roubos no Porto da Caloura porque os Pescadores não estão presentes, é um assunto que é preciso resolver.

Sobre esta matéria a Câmara Municipal está a elaborar um projecto para a construção de mais casas de aprestos para substituir as que vão ser desactivadas e está a ser estudada uma solução que garante segurança aos pescadores que utilizam aquele Porto.

O membro Paulo Jorge Borges pediu a palavra e referiu que gostaria de começar a sua intervenção por pedir à Mesa da Assembleia, aos membros desta Assembleia Municipal e a quem demais está aqui presente, desculpa pela forma tempestuosa como fez a sua intervenção, não se está a retratar do que disse, apenas da forma como disse e quando disse, porque foi demasiada a provocação que o Senhor Presidente da Câmara fez, assim como a prestação que fez e depois os considerandos que utilizou a seguir. É costume, o Senhor Presidente da Câmara dizer que o PSD fez uma campanha mesquinha que são "mesquinhos" e "baixos" mas esta atitude do Senhor Presidente da Câmara é similar a isso.

Como o Senhor Presidente na Câmara não respondeu, questionou novamente para quando está previsto o início dos trabalhos de protecção da orla marítima, na Rocha Quebrada.

Quanto às senhas de presença dos vogais da Empresa Municipal de Lagoa referiu que parece ser um assunto que incomoda o Senhor Presidente da Câmara e com certeza quando o PSD for poder, se o povo assim entender, uma das primeiras medidas será a redução ou a eliminação dessas senhas de presença.

Sobre o assunto da Ribeira Chã referiu que foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara que foram efectuados alguns dos conselhos dados pelo Laboratório Regional de Engenharia Civil, nomeadamente, o corte de árvores de grande porte. Mas depois na justificação sobre as quebradas referiu que parte das árvores de grande porte caíram e questionou se as árvores eram de grande porte foi porque cresceram, o que significa que a Junta de Freguesia que tem a tutela de limpar as ribeiras e Câmara Municipal se esqueceram.

O Senhor Presidente da Câmara, pediu desculpa por interromper e questionou se o membro Paulo Jorge Borges conhece a ribeira, se conhecesse não fazia essa pergunta.

O membro Paulo Jorge Borges respondeu que conhece a ribeira e comentou que a engenharia permite muita coisa. Depois referiu que tudo isto vem dar força ao que já foi dito nesta Assembleia Municipal, numa das primeiras sessões desta legislatura, e que foi defendida pelos membros Vasco Garcia e Pedro Monteiro, da necessidade desta Câmara Municipal ter um técnico nesta área, pois vivemos numa região onde os perigos naturais são uma constante e há que aprender a viver com eles e é importante haver alguém que monitorize e faça valer determinadas acções. Quando defenderam que era importante esta Câmara Municipal ter a tempo inteiro, e que não fosse apenas o Senhor Presidente da Câmara, mas um técnico na área de protecção civil, não estavam a ser demagógicos. Na altura o Senhor Presidente disse que não havia necessidade, pois fazia isso a tempo inteiro e até conhecia as ribeiras todas.

O Senhor Presidente da Câmara interveio e referiu que não disse isso.

O membro Paulo Jorge Borges comentou que o Senhor Presidente tem memória curta e diz uma coisa hoje e outra amanhã, pois temos historial nisso na legislatura anterior, em que por exemplo o Senhor Presidente disse que nem sempre dizia toda a verdade aos Lagoenses e na reunião seguinte isso foi considerado irrelevante.

O Senhor Presidente da Câmara comentou que o membro Paulo Jorge Borges é muito hábil na conversa.

O membro Paulo Jorge Borges referiu que agradecia que o Senhor Presidente respondesse à questão sobre as obras na Rocha Quebrada. Relatou novamente que era importante que esta Câmara Municipal tivesse a tempo inteiro um técnico na área de protecção civil.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que não sabe para quando está previsto o início das obras na Rocha Quebrada, já se reiniciou o processo do concurso e não tem mais informações, o que é importante é que já houve a decisão política para se avançar com as obras e que vão ser feitas seguramente, ainda este ano, de modo a garantir que no próximo Inverno aquela zona já tenha maior segurança.

Em relação à situação da Ribeira Chã o que disse na sua intervenção foi que a Câmara Municipal tinha feito algumas intervenções, no sentido de minimizar, nomeadamente o corte de vegetação na parte superior do talude e como o membro Paulo Jorge Borges disse que conhecia aquela ribeira, tem algumas zonas do seu leito que tem alturas consideráveis e não é fácil proceder ao corte de vegetação naquela zona. As árvores de grande porte que se deslocaram juntamente com material sólido foram em zonas inacessíveis.

O membro Paulo Jorge Borges perguntou se são zonas como na Fajã do Calhau.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, respondeu que só se preocupa com o Concelho de Lagoa e não sabe onde fica a Fajã do Calhau e não está preocupado com o que acontece na Fajã do Calhau.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

### **RUA DE SÃO JOSÉ – RIBEIRA CHÃ:**

O membro Pedro Monteiro, em nome da Associação dos Moradores da Ribeira Chã, entregou à Mesa da Assembleia o documento que abaixo se transcreve e que se anexa à presente acta, atendendo que o Senhor Presidente da Câmara Municipal não tem dado resposta satisfatória às perguntas e aos desejos dos moradores da Ribeira Chã e pedem que a situação seja devidamente esclarecida.

"A Associação de Moradores da Ribeira Chã tem por objecto: "Defender e promover a freguesia de Ribeira Chã e preservar a qualidade de vida dos seus moradores, quer lutando pela manutenção dos espaços verdes, pela oposição à destruição dos



mesmos, assim como do conjunto urbanístico e ainda pela gestão de problemas que surjam e afectem os moradores.

Pretende-se intervir junto da Câmara, ou outras entidades, como interlocutor privilegiado, em nome de todos os associados, em todos os assuntos que digam respeito à freguesia ou nela tenham reflexos”.

Os órgãos desta Associação estão eleitos desde 26 de Abril de 2010, em Assembleia Geral de Moradores.

De acordo com o objecto desta Associação e no seguimento da reunião do dia 11 de Maio, na sede da Junta de Freguesia da Ribeira Chã, vimos pelo presente, solicitar um esclarecimento formal quanto aos seguintes pontos:

- Uma proposta concreta quanto à solução definitiva da Rua de São José;
- Critérios e prazos de avaliação para as moradias em causa;
- Prazos de execução do suposto realojamento dos moradores abrangidos pela zona de risco;
- Possíveis zonas para o suposto realojamento dentro da Freguesia de Ribeira Chã;
- Cópia do parecer elaborado pelo Laboratório Regional de Engenharia Civil citado na reunião;
- Medidas imediatas para garantir a qualidade de vida e segurança no decorrer deste processo dos moradores desta rua.”

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, referiu que não sabe quem não consegue falar com ele, pois hoje recebeu um morador da Ribeira Chã que está aqui presente e a maior parte deles tem o seu e-mail, o seu contacto através do facebook e o seu número de telemóvel, não sabe quem não consegue chegar ao seu contacto, pelo que, fez questão de deixar isto registado independentemente de responder às questões apresentadas.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

#### **PEDIDOS:**

O membro Paulo Jorge Borges pediu que ficasse registado em acta o motivo que o levou a interromper o Senhor Presidente da Câmara Municipal e todo o resto.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que ficará tudo registado em acta.

O membro Roberto Sousa referiu que apresentou uma proposta à Assembleia Municipal, que a próxima sessão da Assembleia Municipal se realizasse no edifício da Junta de Freguesia de Água de Pau e não obteve resposta.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu que quem escolhe o local para a realização das sessões da Assembleia Municipal é a Mesa da Assembleia e será depois a Mesa da Assembleia a decidir.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

## **PERÍODO ORDEM DO DIA:**

### **PONTO Nº 1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE CAMARÁRIA:**

O Senhor Presidente da Assembleia apresentou para apreciação a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a actividade do Município, bem como a informação da situação financeira, documentos que foram disponibilizados a todos os membros da Assembleia Municipal.

Sobre a informação apresentada, o membro Paulo Jorge Borges referiu que gostaria de mais uma vez levantar algumas questões sobre as actividades desenvolvidas. Comentou que na penúltima sessão não teceu comentários, tendo na última sessão já apresentado alguns comentários. Expôs que, em sua opinião, esta informação continua a apresentar os mesmos problemas e confunde-se quando é que são actividades desenvolvidas pela Câmara Municipal e actividades da Empresa Municipal de Lagoa.

Sobre a inauguração do novo Edifício do Museu do Presépio Açoriano, referiu que este assunto está apresentado duas vezes, nomeadamente, nas páginas 2 e 4. Expôs que com a inauguração do Edifício do Museu do Presépio Açoriano teve lugar a exposição de medalhas do Escultor Hélder Batista intitulada “Medalhas - Declinações” e comentou, que em seu entender, o Edifício do Museu do Presépio Açoriano deveria ser inaugurado com algo relacionado com Presépios e com trabalhos dos nossos artesãos, nomeadamente, Luís Gouveia. Acrescentou que a referida exposição tem qualidade, isso não está em causa, mas deveria ter sido guardada para outra ocasião e debateu porque não se deu primazia a algo directamente relacionado com o Museu e para o qual ele foi criado.

Sobre o assunto “Clubes têm de estar sensibilizados para orçamentos mais reduzidos” questionou se esta medida já foi tomada. Relativamente à frase “Em virtude do Município estar a perder receita torna-se difícil para a Câmara Municipal de

Lagoa manter o mesmo nível de despesa” opinou que o Município de Lagoa está a perder receitas devido a uma má gestão.

Relativamente ao assunto “Festivais de Verão no Concelho”, este ano, a Câmara Municipal de Lagoa só irá realizar uma das duas festas que tradicionalmente organizava no Verão - Festa da Juventude ou Festa do Pescador e referiu que, anteriormente, ouvi dizer que estas Festas acarretavam despesas mínimas para a Edilidade, que a Festa da Juventude tinha apoio da Direcção Regional da Juventude e a Festa do Pescador tinha apoio dos Pescadores e questionou quem pagava as referidas Festas. Referiu ainda que tomou conhecimento através da Comunicação Social que a Câmara Municipal iria promover outras Festas, na Freguesia do Rosário e solicitou esclarecimentos ao Senhor Presidente da Câmara sobre este assunto.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, e em resposta ao membro Paulo Jorge Borges, sobre o assunto do Museu do Presépio Açoriano, esclareceu que foi inaugurado foi o Edifício destinado ao Museu do Presépio Açoriano e não o Museu do Presépio Açoriano. A instalação do Museu será desenvolvida ao longo deste ano e um dos objectivos é que seja inaugurado, em Dezembro de 2011. O Edifício do Museu tem várias salas, com várias valências e foi entendido trazer um artista de referência com uma exposição que marcasse a cerimónia, sem prejuízo do valor dos bonecreiros da Lagoa que irão ter um lugar de excelência. Ao contrário do que acontecia no passado, a Câmara Municipal tem um plano de exposições oferecendo uma vasta e diversificada oferta cultural. Quanto à exposição sobre Luís Gouveia já há o compromisso de que o Instituto Cultural Padre João José Tavares irá realizar, em Outubro. Mais referiu que não desprezaram os nossos artistas e entenderam assinalar a inauguração daquele Edifício com uma exposição única nos Açores e que ficasse associado à inauguração daquela obra.

Em relação à sensibilização dos Clubes informou que aquela nota surgiu na sequência das declarações que fez para a RTP no programa Teledesporto. A Câmara Municipal por razões diversas tem vindo a perder algumas receitas e não por má gestão como disseram, têm que provar quais as receitas que a Câmara Municipal deveria ter arrecadado e não arrecadou e qual o custo/benefício disso. Acrescentou que não é

possível cobrar dívidas de água em relaxe, quando os custos do processo de execução são superiores ao valor da dívida. Mais informou que a Câmara está a concluir este processo de avaliação interna e esta semana vai reunir com os Clubes no sentido de propor um acordo para esta legislatura, em relação aos apoios a atribuir na área do desporto. A Câmara Municipal tem apoiado muito o desporto, para além das reais possibilidades, mas face à actual situação não é possível manter os mesmos apoios, porque estava-se a caminhar para uma situação insustentável. Entende importante rever esta situação com os Clubes e definir prioridades, tem que haver uma preocupação conjunta e contínua de melhorar, no sentido de manter os Clubes em actividade mas com menos receitas.

Em relação aos Festivais de Verão no Concelho referiu que o membro Paulo Jorge Borges percebeu mal, nunca disse que eram os Pescadores que pagavam a Festa do Pescador, o que disse foi que o ano passado foi a primeira vez que foi apresentada uma candidatura à Direcção Regional da Juventude, para apoio à Festa da Juventude e houve comparticipação, mas não suportou os encargos totais do Festival. Na Festa do Pescador, os pescadores davam o apoio logístico, mas a Câmara Municipal sempre suportou os encargos com aquele evento.

A decisão que agora foi tomada, devido às medidas de austeridade e que surgiram depois da declaração de cortar nos Festivais de Verão, foi de cancelar ou suspender, por um ano ou dois, os Festivais de Verão porque o Município de Lagoa vai ser afectado com aquelas medidas, em cerca de 200.000,00 € de diminuição nas transferências do Orçamento de Estado.

Sobre outros Festivais, referiu o Senhor Presidente da Câmara que não sabe o que o membro Paulo Jorge Borges leu na Comunicação Social, sobre este assunto. Informou que a Câmara Municipal está a preparar alguma animação de Verão, ou as Juntas de Freguesia promovem em colaboração com a Câmara Municipal, ou através de iniciativas que são propostas por algumas Associações, como por exemplo, a realização da corrida mais louca, em Água de Pau.

Este ano, a Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada propôs a realização de uma Feira de Actividades Económicas Lagoa 2010, com a colaboração do Núcleo de Empresários de Lagoa e da Câmara Municipal de Lagoa, no terceiro fim-de-semana do mês de Julho. Nessa altura será feita uma Animação na Praça de Nossa Senhora do Rosário que está a ser preparada e depois será divulgada.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

**PONTO Nº 2 – CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO NO VALOR DE 481.690,00€ PARA A OBRA DE SANEAMENTO BÁSICO DE ÁGUA DE PAU:**

Pela Câmara Municipal foi presente o processo para a contratação de um empréstimo a longo prazo, no valor de 481.690,00€ (quatrocentos e oitenta e um mil seiscientos e noventa euros), para o financiamento da obra de Saneamento Básico de Água de Pau.

Após consulta às Instituições Bancárias, conforme deliberação camarária de 30 de Abril de 2010, apresentaram propostas as seguintes entidades bancárias: Caixa Geral de Depósitos, Millennium bcp, Santander Totta e Banif.

A comissão de análise das propostas, nomeada para o efeito e atendendo que a proposta do Millennium bcp apresentou um spread de 2,00% mais baixo do que as outras propostas, com possibilidade de escolha da Taxa Euribor mensal, trimestral ou semestral, a Comissão optou pela proposta do Millennium bcp com Euribor a 6 meses, para a contratação do empréstimo no valor de 481.690,00€ (quatrocentos e oitenta e um mil seiscientos e noventa euros), para o financiamento da obra de Saneamento Básico de Água de Pau.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e um membros presentes:

**1º** Autorizar o Município a contrair o empréstimo a longo prazo, no valor de 481.690,00€ (quatrocentos e oitenta e um mil seiscientos e noventa euros), para o financiamento da obra de Saneamento Básico de Água de Pau, de acordo com a alínea d) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com o Millennium bcp, com as seguintes condições: Taxa Euribor a 6 meses, acrescida do “spread” de 2,00%;

**2º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

**PONTO Nº 3 – DESIGNAÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA:**

Pela Câmara Municipal foi presente o processo para designação de um membro da Assembleia Municipal, para integrar a respectiva Comissão Municipal de Toponímia.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal esta Comissão está constituída pelo Vereador Durval Carlos Almeida Faria, que preside e por três cidadãos de reconhecido mérito, designadamente, a Professora Susana Goulart, a Professora Maria Antónia Albergaria Pacheco e o Dr. Carlos Riley e será designado um membro desta Assembleia Municipal para integrar a respectiva Comissão, pelo que, propôs o assunto à votação. Sobre o assunto, o membro Paulo Jorge Borges apresentou em seu nome e dos membros: Vasco Garcia; Rosa Borges; Pedro Monteiro; Cláudia Galego e Francisco Vieira, a proposta que leu e abaixo se transcreve:

“No âmbito do ponto 3 da ordem de trabalhos “Designação de um Membro da Assembleia Municipal, para a Comissão Municipal de Toponímia”, os deputados do PSD abaixo assinados propõem o Deputado Municipal Leonel Silveira.

Com efeito, o Deputado Municipal Leonel da Silveira dispõe conhecimentos e experiência para um bom desempenho do ofício proposto, consequência de ter exercido vários cargos de Serviço Público neste Concelho, nomeadamente: Presidente da Câmara Municipal; Vereador; Deputado Municipal; membro de Comissões Toponímicas e até Presidente de uma delas quando o Eng. Martins Mota era Presidente da Câmara do Município de Lagoa.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que o assunto seria colocado à votação e por escrutínio secreto.

O membro Paulo Jorge Borges questionou por que razão a proposta que apresentou não foi aceite.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que por uma questão de princípios, as votações que envolvam a qualidade de qualquer pessoa são tomadas por escrutínio secreto. Solicitou um pequeno intervalo para que os grupos parlamentares se reunissem e que os membros do PSD e CDS se ausentassem da sala, de forma que os grupos pudessem reunir isoladamente.

O Vereador Durval Faria ausentou-se da sessão.

A Assembleia Municipal deliberou, em escrutínio secreto, nos termos do nº 3 do artigo 90º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, por maioria, com 12 votos a favor do membro Gilberto Branquinho e 9 votos a favor do membro Leonel Silveira, dos 21 membros presentes:

**1º** Designar o seguinte membro para integrar a respectiva Comissão Municipal de Toponímia:

- Gilberto Gouveia Branquinho;

**2º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

**PONTO Nº 4 – PROTOCOLO DE GEMINAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ, ILHA DE SANTIAGO – CABO VERDE E O MUNICÍPIO DE LAGOA – ILHA DE S. MIGUEL – AÇORES:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de Protocolo de Geminação entre o Município de Santa Cruz – Ilha de Santiago – Cabo Verde e o Município de Lagoa – Ilha de São Miguel - Açores, que abaixo se transcreve:

“Breve registo histórico sobre o Município de Santa Cruz – Santiago – Cabo Verde. O Concelho de Santa Cruz situa-se na Ilha de Santiago, no grupo Sotavento, no arquipélago de Cabo Verde e detém 25.184 habitantes, sendo que 60% da população tem menos de 20 anos de idade.

Foi criado em 1971, quando duas freguesias do antigo Concelho de Praia foram separadas. A Vila Pedra Badejo é a sede do Concelho de Santa Cruz e o feriado municipal é assinalado no dia 25 de Julho, altura em que ocorre a Festa da Praia Grande.

No âmbito económico, ressalva-se que cerca de 1/3 da população activa de Santa Cruz dedica-se à agricultura, à criação de animais e à silvicultura. O comércio, a construção civil, a administração pública têm, deste modo, uma importância secundária, sendo que o turismo está a dar os primeiros passos, facilitados pela proximidade que o Concelho de Santa Cruz apresenta em relação à cidade da Praia.

No âmbito demográfico, a maioria dos habitantes do Concelho vive em áreas rurais, nas quais se encontram extensas plantações de bananeiras, papaeiras e coqueiros. É um concelho gravemente afectado pelo desemprego e pelo analfabetismo, embora esta seja uma situação que tem sido minorada.

Neste sentido, e considerando que, uma geminação pressupõe sempre a realização de contactos oficiais, que permitem a promoção não só de conhecimentos, mas também o desenvolvimento de actividades sociais que contribuem para a incrementação de novas formas de cooperação, que simultaneamente concorram para o fomento da cidadania e democracia entre ambos os municípios que estabelecem este acordo;

Considerando ainda que, um acordo de geminação mutuamente firmado preconiza a concretização de acções que anualmente são implementadas em consonância com as necessidades e disponibilidades das duas partes envolvidas;

Considerando igualmente a existência de laços históricos de amizade e cooperação existentes entre Cabo Verde e Portugal que remontam à data dos descobrimentos portugueses e que representam séculos de história comum que unem os povos da República de Cabo Verde a Portugal na concepção de três palavras fundamentais: Conquista, liberdade e democracia, nas quais ambos os povos trilham os caminhos de desenvolvimento e da cooperação;

Considerando também que, a Câmara Municipal de Lagoa entende o relacionamento com o Município de Santa Cruz da ilha de Santiago como sendo uma componente fundamental do processo de amizade e cooperação entre os povos cabo-verdiano e português, entendendo, neste contexto, de essencial importância a geminação entre ambos os municípios;

Considerando ainda a intenção manifestada pelo Município de Santa Cruz da Ilha de Santiago em Cabo Verde em geminar-se com o Município de Lagoa – Açores, através de e-mail enviado no dia 7 de Maio de 2010;

Que existem algumas semelhanças entre os dois Municípios a vários níveis, como seja no âmbito cultural e histórico, onde a actividade piscatória e o artesanato é uma referência em ambos os municípios, bem como aspectos religiosos, como sejam as festas religiosas associadas a santos populares, apesar de as mesmas em Santa Cruz de Cabo Verde, serem realizadas de forma diferente e bastante particular. Tabancas constituem as manifestações culturais mais típicas associadas aos santos. De referir, igualmente, o facto do próprio nome do Município de Santa Cruz representar o mesmo nome de uma das freguesias que constitui sede do Concelho de Lagoa;

Que a troca de experiências e de conhecimento entre os dois Municípios nomeadamente em áreas como a economia, turismo, cultura, ensino e saúde será muito benéfica para a população de ambos os concelhos;

Considerando ainda que, o estabelecimento desta geminação constituirá uma linha estratégica e uma afirmação do município de Lagoa no contexto das relações que mantém com a emigração e com a diáspora, mas também no contexto atlântico;

Proponho que seja assinado um Protocolo de Geminação entre o Município de Lagoa – Açores e o Município de Santa Cruz – Ilha de Santiago de Cabo Verde, após aprovação da Minuta de Protocolo que se encontra anexada a esta proposta.



É intenção da Câmara Municipal de Lagoa – Açores empreender programas de cooperação tendo em vista o desenvolvimento mútuo numa base de interesses e opções de cada Município e de acordo com as possibilidades existentes em cada momento. Neste contexto, deverá ser tido em conta a promoção de trocas não só a nível cultural, mas sobretudo, ao nível social e no âmbito do sector da educação, mobilizando, deste modo, os incentivos e meios considerados adequados.

Nesta matéria, é assim objectivo da Autarquia Lagoense colaborar com o Município de Santa Cruz da Ilha de Santiago de Cabo Verde em termos de fornecimento de materiais adequados para projectos e programas municipais que sejam benéficos para o desenvolvimento daquele concelho, principalmente abrangendo aquelas que se entende ser áreas fundamentais para o município cabo-verdiano, como seja a educação.

MINUTA DE PROTOCOLO DE GEMINAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ, NA  
ILHA DE SANTIAGO (CABO VERDE) E O MUNICÍPIO DE LAGOA (AÇORES)

Primeiro Outorgante:

O Município de Santa Cruz – Cabo Verde, pessoa colectiva de direito público nº \_\_\_\_\_ com sede na Vila Pedra Badejo, representado neste acto pelo seu Presidente, Orlando Sanches;

Segundo Outorgante:

O Município de Lagoa – Açores, pessoa colectiva de direito público n.º 512 074 410, com sede no Largo D. João III, Freguesia de Santa Cruz, Concelho de Lagoa, representada neste acto pelo seu Presidente, Eng.º João António Ferreira Ponte.

Tendo em conta que o Município de Santa Cruz é um concelho, da Ilha de Santiago, no grupo de Sotavento, em Cabo Verde, com 25.184 habitantes, 60% dos quais com menos de 20 anos de idade. A sede do concelho é a vila de Pedra Badejo.

Foi criado em 1971, quando duas freguesias do antigo Concelho de Praia foram separadas, sendo o seu feriado municipal assinalado no dia 25 de Julho, altura em que ocorre a festa da Praia Grande.

No quadro de cooperação entre Municípios, deliberaram o Município de Santa Cruz e o Município de Lagoa – Açores aprovar, por unanimidade, um ACORDO DE GEMINAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ E O MUNICÍPIO DE LAGOA - AÇORES, tendo como objectivo primordial promover, de forma regular e gradativa, a aproximação pragmática e qualitativa entre os dois Municípios, numa perspectiva de se formalizar a geminação, instituindo relações de proximidade e de colaboração que

a excelência dos processos democráticos nos dois Municípios assegura, incentiva e potencia.

Atenta à vantagem na criação de condições de cooperação susceptíveis de gerar e potenciar sinergias em ordem ao progresso e desenvolvimento das aludidas realidades culturais e socio-económicas, é celebrado e mutuamente aceite o presente Protocolo, que se rege pelas cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA 1ª.

Constitui objecto do presente protocolo promover e enaltecer os laços históricos entre o Povo Português e o Povo de Cabo Verde, mais propriamente entre a Região Autónoma dos Açores e a Ilha de Santiago, assim como reconhecer a importância do fomento das relações entre estas duas nações (Portugal e Cabo Verde), irmãs em Cultura, respeitando, sempre, os princípios da soberania e independência nacionais de Portugal e de Cabo Verde, objectivos que serão consubstanciados através das seguintes medidas:

- a) Promover o intercâmbio, nomeadamente, nos domínios cultural, social, educativo e turístico, e nos que sejam do interesse das populações dos dois Municípios e designadamente das suas diversas organizações representativas, como sustentáculo essencial desta cooperação, mobilizando em conformidade os incentivos, os meios e os procedimentos considerados para tanto adequados.
- b) Promover actividades que fundamentem e reforcem as relações dos Municípios geminados, bem como a directa e empenhada participação de ambos, aprovando e realizando programas, projectos, acções e actividades que se considerem mais convenientes para o fim proposto.

#### CLÁUSULA 2ª.

Estabelecer como prioridade a dinamização do espaço geopolítico da Lusofonia e dos povos que o integram.

#### CLÁUSULA 3ª

Município de Santa Cruz em conjunto com o Município de Lagoa – Açores, apoiarão as actividades e cooperarão com vista ao fomento da economia e do Turismo, de acordo com as suas disponibilidades e interesses, através, nomeadamente, da:

- a) Promoção de visitas a ambos os Municípios mediante a organização de programas de excursões;
- b) Apoiar e fomentar o transporte de pessoas e bens;

- c) Incentivar o intercâmbio de publicidade: cartões, anúncios, programas das diferentes manifestações de carácter festivo e turístico;
- d) Coadjuvar as entidades, especialmente as de natureza privada associativa, que tenham por objecto o fomento da cultura e da promoção do Turismo.
- e) Desenvolver programas no âmbito do sector da educação que permitam o aprofundamento de conhecimentos e a formação de jovens e crianças em ambos os municípios;

#### CLÁUSULA 4ª.

O Município de Santa Cruz em conjunto com o Município de Lagoa – Açores, apoiarão as actividades e cooperação, na vertente socio-económica, de acordo com as suas disponibilidades, através, nomeadamente, da:

- a) Divulgação de produtos regionais;
- b) Divulgação de informação no que concerne a projectos industriais ou de outra natureza no âmbito da economia, em desenvolvimento ou que suscitem interesse a ambos os outorgantes.

Assim, abaixo-assinados os representantes legais destas duas comunidades locais, afirmam os valores e considerandos acima apresentados, garantindo as relações futuras entre os Municípios de Lagoa (Açores) e Santa Cruz, cujos princípios orientadores se constituem como sendo a amizade, solidariedade e a partilha dos valores culturais.

Celebrado em \_\_\_\_\_, a \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, em duplicado, ficando cada uma das partes com um exemplar.”

O membro Vasco Garcia começou a sua intervenção por referir que como já teve ocasião de dizer numa outra sessão desta Assembleia Municipal é favorável a este tipo de iniciativas e a tudo o que puder reforçar as ligações entre as Regiões. Referiu que o arquipélago de Cabo Verde é um caso especial no conjunto das antigas Colónias Portuguesas e a sua ligação à Europa é importante e tudo o que nós Açorianos pudermos fazer por estas geminações, entende que é de apoiar. Depois, referiu onde não está de acordo. Não está de acordo com a forma como foi redigida a justificação da geminação, em sua opinião, quando se lê o texto verifica-se que há mais diferenças do que semelhanças, entre a Vila da Lagoa e a Vila de Pedra Badejo. Acrescentou, que conhece bem o terreno e o Município de Santa Cruz e em todos os pontos de vista, não têm nada a ver com o Concelho de Lagoa. Mais referiu que pareceu-lhe que a presente proposta foi elaborada através da recepção de um e-

mail. Defendeu que está de acordo com a ideia mas, em sua opinião, devia-se reformular o texto justificativo da geminação. Da maneira como o texto está redigido não se sente em condições de votar a favor. Deveriam refazer o texto, insistir mais na história e na cultura e por de parte algumas afirmações que ali estão e que levam a acentuar diferenças e não semelhanças.

O membro Paulo Jorge Borges apresentou e leu o pedido que abaixo se transcreve:

“No âmbito das minhas funções de deputado municipal desta Assembleia, solicito cópia do e-mail de 7 de Maio de 2010 enviado ao Município de Lagoa - Açores pelo Município de Santa Cruz – Cabo Verde a propor a geminação entre os respectivos concelhos.”

Acrescentou que na cópia autentica de parte da acta, sobre este assunto, está referido que “Considerando ainda a intenção manifestada pelo Município de Santa Cruz da Ilha de Santiago em Cabo Verde em geminar-se com o Município de Lagoa – Açores, através de e-mail enviado no dia 7 de Maio de 2010”.

Referiu que está, na totalidade, de acordo com o que disse o membro Vasco Garcia e questionou quem foi o autor da redacção deste texto, porque convém, se foi um Assessor do Senhor Presidente da Câmara, que seja chamado em consideração para ter em atenção o que aqui está escrito, principalmente, algumas palavras do texto que herdem o peso que elas têm tais como: “Conquista, liberdade e democracia”.

Mais expôs que está referido no texto “...que cerca de 1/3 da população activa de Santa Cruz dedica-se à agricultura, à criação de animais e à silvicultura ...” e questionou o que fazem os outros dois terços da população. Acrescentou que referem “Que existem algumas semelhanças entre os dois Municípios a vários níveis, como seja no âmbito cultural e histórico ...” mas como disse o membro Vasco Garcia as diferenças são mais do que as semelhanças e referiu que gostaria de ver as semelhanças no âmbito cultural e histórico mais esmiuçadas.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, esclareceu que a proposta é clara em relação a esta matéria mas se os membros desta Assembleia querem saber mais informações têm sempre a possibilidade de consultar a internet ou através de livros sobre Cabo Verde, ou ainda, junto de Câmara Municipais do PSD que estão geminadas com Cabo Verde que poderão facultar essas informações mais técnicas e precisas, nomeadamente, o que faz o resto da população activa. Em sua opinião, para o objectivo que se pretende acha que esta informação não interessa. Disse

ainda que não percebeu se a bancada do PSD está a favor ou contra a celebração deste protocolo de geminação.

Esclareceu ainda que esta proposta de geminação aconteceu no âmbito de um contacto pessoal que teve com o Senhor Presidente da Câmara que manifestou essa vontade de geminação com o Município de Lagoa. Em resultado disso, foi enviado o documento que manifesta essa intenção e neste caso foi através de um e-mail. Sobre a proposta apresentada, disse que julga que justifica bem as intenções da geminação, apesar de se poder dar sempre outras interpretações mas os fundamentos e os objectivos estão subjacentes e tem sido os mesmos que a Câmara Municipal tem assumido em outras geminações.

O membro Paulo Jorge Borges referiu que fez uma pergunta simples e gostava de saber o que fazem os restantes 2 terços da população de Cabo Verde, uma vez que fizeram uma investigação para sustentar a proposta que apresentaram, pois referem que “O comércio, a construção civil, a administração pública têm, deste modo, uma importância secundária ...”.

O membro Vasco Garcia informou que o sentimento geral do grupo do PSD não é contra a celebração do Protocolo de Geminação entre o Município de Santa Cruz, Cabo Verde e o Município de Lagoa, o que está em causa é o documento justificativo e, em sua opinião, o texto deveria ser reformulado.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 7 abstenções dos membros: Vasco Garcia; Leonel Silveira; Cláudia Galego; Paulo Jorge Borges; Francisco Vieira; Rosa Borges e Pedro Monteiro dos vinte e um membros presentes:

**1º** Autorizar a Geminação entre o Município de Santa Cruz – Ilha de Santiago – Cabo Verde e o Município de Lagoa – Ilha de São Miguel - Açores, nos termos da Minuta de Protocolo acima transcrita e de acordo com a alínea d) do nº 4 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;

**2º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

#### **PONTO Nº 5 – CEDÊNCIA DE PARCELA DE TERRENO PRIVADO PARA INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL - RECTIFICAÇÃO DE ÁREA:**

Na sequência do deliberado por esta Assembleia Municipal em sua sessão de 8 de Setembro de 2009, foi novamente presente pela Câmara Municipal o processo supra

mentionado, para rectificação de áreas, conforme comunicação apresentada por Maria Isabel Medeiros Borba Vieira e Tomás Borba Vieira, que refere que a área a ceder a este Município para área social, não é de 50m<sup>2</sup>, conforme inicialmente requerido e nem a destacar do artigo rústico 38, Secção Z, da freguesia de Água de Pau, mas sim 40m<sup>2</sup> e a destacar do quintal do artigo urbano 1401, da freguesia de Água de Pau.

A cedência da parcela de terreno, com a área de 40m<sup>2</sup>, destina-se a integrar o domínio público municipal para alargamento da Canada do Castelo, freguesia de Água de Pau, Concelho de Lagoa.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e um membros presentes:

**1º** Aprovar a rectificação da cedência de área de 50m<sup>2</sup> para 40m<sup>2</sup>, a desanexar do quintal do artigo urbano 1401, da freguesia de Água de Pau, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob o nº 772/Água de Pau, destinada a integrar o Domínio Público Municipal, para alargamento da Canada do Castelo, freguesia de Água de Pau, de acordo com a alínea b) do nº 4 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;

**2º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

#### **PONTO Nº 6 – OUTROS:**

Conforme disponibilizado a todos os membros da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs a alteração à Agenda de Trabalhos com a introdução dos seguintes assuntos:

Ponto nº 6.1 – 2ª Revisão ao orçamento e grandes opções do plano para o ano financeiro de 2010;

Ponto nº 6.2 – Proposta – aumento de capital social da EML – Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social de Lagoa, E.M.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, concordar com a introdução dos referidos assuntos.

## **PONTO Nº 6.1 – 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2010:**

Pela Câmara Municipal foi presente a 2ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, de acordo com o que preconiza o Decreto – Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, na sua actual redacção.

**Inclusão de novo projecto:** - 0602 Obj/Prog. - 0103 090702 – Empresa Intermunicipal – 50.000,00 €.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado pediu a palavra, em defesa de honra, que lhe foi concedida. Referiu que na cópia autêntica de parte da acta da reunião ordinária realizada no dia 28 de Maio de 2010 e distribuída a todos os membros desta Assembleia Municipal está referido que se absteve na deliberação, sobre este assunto, quando na realidade votou contra a aprovação da 2ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, esclareceu que a acta já foi corrigida.

O membro Vasco Garcia solicitou esclarecimento sobre a necessidade de se proceder à 2ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano e apenas com um único valor de 50.000,00 €.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que foi necessário proceder à 2ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, para incluir o novo projecto que não existia, para integração do Município de Lagoa na Empresa Intermunicipal e com o valor de 50.000,00 €.

Foi pelo Senhor Presidente da Assembleia posta à votação, a 2ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, tendo a Assembleia sobre o referido documento, deliberado, por maioria, com 5 votos contra dos membros: Paulo Jorge Borges; Pedro Monteiro; Vasco Garcia; Leonel Silveira e Francisco Vieira e uma abstenção da membro Cláudia Galego, dos vinte e um membros presentes:

**1º** Aprovar a 2ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, no montante de € 50.000,00 (cinquenta mil euros) de acordo com o que preconiza a alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;

**2º** Rubricar todas as folhas, dispensando a sua transcrição em acta, de acordo com o Decreto-Lei nº 45 362 de 21 de Novembro de 1963, com a nova redacção dada ao artigo 5º pelo Decreto-Lei nº 334/82, de 19 de Agosto;

**3º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

**PONTO Nº 6.2 – PROPOSTA – AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL DA EML – EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO URBANA E AMBIENTAL E HABITAÇÃO SOCIAL DE LAGOA, E.M.:**

Pela Câmara Municipal, foi presente a proposta de aumento de capital social da EML – Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social de Lagoa, E.M., cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que a Câmara Municipal de Lagoa, em 1 de Junho de 2005 propôs a criação da EML – EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO URBANA E AMBIENTAL E HABITAÇÃO SOCIAL DE LAGOA, E.M., tendo em 16 de Junho de 2005 a Assembleia Municipal autorizado a criação da referida empresa, com o objecto social, por delegação da Câmara Municipal de Lagoa, Açores, de desenvolvimento, implementação, construção, gestão e exploração do Lagoa Tecnoparque e das áreas de desenvolvimento urbano e de construção prioritárias, entre outras;

Em 2007 foi autorizado o aumento de capital da EML - Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social de Lagoa, E.M em 1.628.451,00€ (um milhão seiscentos vinte oito mil e quatrocentos e cinquenta e um euros), o qual se concretizou em 2008. Com o referido aumento, o capital social passou para 1.678.451,00 € (um milhão seiscentos setenta oito mil quatrocentos e cinquenta e um euros).

Considerando que:

- a) Posteriormente ao referido aumento de capital social, foram transferidas novas áreas e responsabilidades, nomeadamente: a Construção da Pousada da Juventude; a Construção do Núcleo Museológico Ferreira da Silva, em Água de Pau e a Requalificação Urbanística da Baixa d’ Areia, na Caloura;
- b) Um dos princípios de gestão fundamentais das empresas municipais é a sua viabilidade económica e equilíbrio financeiro, conforme expressamente consta do artigo 7º da Lei nº 53-F/2006, de 29 de Dezembro;
- c) A assunção de novas responsabilidades referida na alínea a), designadamente para salvaguarda dos eventuais credores da empresa, exige um reforço do seu capital social, o qual fica exclusivamente afecto ao exercício da actividade da empresa.



Propõe-se aumentar o capital da EML – EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO URBANA E AMBIENTAL E HABITAÇÃO SOCIAL DE LAGOA, E.M., de 1.678.451,00€ (um milhão seiscentos setenta oito mil quatrocentos e cinquenta e um euros) para o valor de 1.863.451,00€ (um milhão oitocentos e sessenta e três mil quatrocentos e cinquenta e um euros), mediante a entrada em dinheiro de 185.000,00€ (cento e oitenta e cinco mil euros).”

O membro Vasco Garcia referiu que vendo o historial da Empresa Municipal de Lagoa constata que a EML foi criada, em 2005, com o capital de 50.000,00 € depois, em 2007, foi autorizado o aumento do capital social com mais 1.628.451,00 € ou seja, foi feito um aumento de 33,4 vezes e agora, em 2010, é proposto um novo aumento de capital social da EML, com a entrada em dinheiro de 185.000,00 €, com mais 11 % e comentou que cheira-lhe a desorçamentação.

O membro Paulo Jorge Borges apresentou a sua intenção de voto, referiu que vai votar contra esta deliberação. Disse que tudo o que seja para engordar a Empresa Municipal de Lagoa, tirando da gestão da Câmara Municipal e consequentemente da Assembleia Municipal a capacidade de fiscalizar, não tem o seu voto favorável.

O membro Vasco Garcia referiu ainda que este aumento de capital tem a ver com as obras que a Empresa Municipal executa e questionou se é verdade que a obra de Construção da Pousada da Juventude será paga em 26 anos, a um custo anual de 300.000,00 €, conforme consta na cópia autêntica de parte da acta da reunião Camarária realizada no dia 28 de Maio de 2010.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, referiu que seria importante o membro Vasco Garcia dizer quem fez aquela afirmação que citou e que está registada na acta. Recomendou que a questão deve ser colocada ao Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado e onde ele foi buscar aquela informação. Comentou que aquela afirmação é um perfeito disparate. Informou que o valor real daquela obra é de cerca de 999.000,00 €. Esclareceu que o capital social da EML passou de 50.000,00 € para 1.678.451,00 € com um aumento em espécie, foi com o valor dos terrenos da Zona do Pombal propriedade do Município, que passaram para Empresa Municipal de Lagoa e opinou que não há nenhuma desorçamentação.

O membro Paulo Jorge Borges questionou em quantos anos, aquele empreendimento vai ser pago e qual o valor da tranche, referiu que agradecia que o Senhor Presidente da Câmara lhe respondesse a esta questão.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que foi assinado um contrato-programa com a EML que tem por objecto a delegação por parte da Câmara Municipal de Lagoa na Empresa Municipal de Lagoa, a construção de três obras importantes para o Concelho de Lagoa: Construção da Pousada da Juventude; Construção do Núcleo Museológico Ferreira da Silva, em Água de Pau e a Requalificação Urbanística da Baixa d' Areia, na Caloura. Nesta data, já foram contratados dois empréstimos pela Empresa Municipal de Lagoa, para pagamento das obras de Construção da Pousada da Juventude e Requalificação Urbanística da Baixa d' Areia que serão pagos no prazo de 25 anos.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado pediu a palavra, em defesa de honra, que lhe foi concedida. Referiu que o texto da acta referente às suas intervenções, não reflecte de forma fidedigna o que se passou na reunião. Apresentou que naquela reunião e sobre este assunto disse que entende que as referidas obras deveriam ser executadas pela Câmara Municipal e não pela Empresa Municipal e em seu entender a construção da Pousada da Juventude a ser uma obra de interesse para o concelho, deverá ser executada em 1º lugar, ficando as outras duas obras, nomeadamente do arranjo urbanístico da Baixa d' Areia e o Núcleo Museológico Ferreira da Silva, para altura de maior disponibilidade financeira. Afirmou também, que as obras onde está incluída a construção da Pousada de Juventude, serão pagas em 26 anos, a um custo anual aproximado de 300.000,00 €, e que com estes valores, neste mandato, seria possível a Câmara Municipal executar a referida obra. Defendeu que não disse nenhum disparate, quando se referiu ao valor de 300.000,00 € estava a referir-se ao conjunto das 3 obras.

O membro Vasco Garcia recomendou que é importante que de futuro nas actas fique registado o que realmente se passa, para evitar algumas confusões.

O membro Paulo Jorge Borges referiu que agradecia que estas declarações ficassem todas tombadas em acta.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 5 votos contra dos membros: Leonel Silveira; Cláudia Galego; Paulo Jorge Borges; Francisco Vieira e Pedro Monteiro e 3 abstenções dos membros: Vasco Garcia; Rosa Borges e Roberto Oliveira dos vinte e um membros presentes:

**1º** Aprovar a presente proposta de aumento de capital social da EML - Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social de

Lagoa, E.M. mediante a entrada em dinheiro de 185.000,00€ (cento e oitenta e cinco mil euros);

**2º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

O Senhor Vereador Fernando Jorge Moniz pediu a palavra, em defesa de honra, que lhe foi concedida. Na sua intervenção referiu que ficou a impressão que as actas da Câmara Municipal não são corrigidas, esclareceu que isso não corresponde à verdade. Na última reunião que presidiu no dia 28 de Maio, a acta da reunião de 14 de Maio foi corrigida por proposta dos Senhores Vereadores da Oposição. Nos assuntos apresentados na reunião do dia 28 de Maio, os documentos foram de imediato disponibilizados, para serem presentes nesta sessão.

### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu o período de intervenção ao público e passou a palavra ao cidadão José Fernando Carneiro Sousa.

No uso da palavra, o cidadão José Fernando Carneiro Sousa referiu que gostou de ouvir o Senhor Presidente da Câmara dizer que está do lado de todas as pessoas e que tem de haver segurança. Acrescentou que talvez seja a última reunião que esteja presente nestas sessões da Assembleia Municipal para falar sobre o assunto relacionado com o funcionamento do Armazém de Gás, sito à Travessa Padre João Furtado Pacheco, na freguesia de Nossa Senhora do Rosário.

Informou o Senhor José Fernando Carneiro Sousa que conforme cópia que solicitou, da acta da Assembleia Municipal nº 3/2007, e carta dirigida pela Câmara Municipal ao Dr. Eduardo Vieira, que recebeu por engano, foi referido pela Câmara Municipal que o ITG - Instituto Tecnológico de Gás emitiu um relatório com o resultado de todas as condições necessárias ao licenciamento daquele parque de armazenagem de gás, quando o ITG - Instituto Tecnológico de Gás diz que os seus pareceres são negativos e questionou quem está a mentir se a Câmara Municipal ou o ITG - Instituto Tecnológico de Gás.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do cidadão José Fernando Carneiro Sousa.

No uso da palavra, o cidadão Jorge Amaral Borges, morador na freguesia de Nossa Senhora do Rosário, expôs que gostaria de agradecer ao Senhor Presidente da Câmara a forma como se fez ouvir nas suas intervenções, com um tom mais alto, o que lhe foi muito mais agradável.

Também gostaria de felicitar o Senhor Presidente da Câmara e a Câmara Municipal pela coragem que teve em suspender as Festividades de Verão, o que significa que o momento não é para brincadeiras, é verdade que não podemos viver tristes mas há que haver moderação.

Acrescentou que gostaria que esta coragem se projectasse no caso dos vogais da Empresa Municipal de Lagoa que reúnem uma vez por mês e recebem uma senha de presença, com um valor aproximado ao salário mínimo Nacional. No momento em que o país é alertado para as dificuldades que se está a passar, o nosso 1º Ministro e até mesmo o Presidente do Governo têm apelado ao voluntariado.

Falou um pouco de si, contou que sempre trabalhou em voluntariado, esteve mais de 12 anos na Comissão de Protecção de Menores de Lagoa, havia 2 reuniões por mês com a duração de 2 a 4 horas e para além disso, havia muito trabalho na Comissão com audições, questionários e relatórios e nunca ganhou um centavo, a isso chamou voluntariado. Questionou porque o Senhor Presidente da Câmara tomou esta atitude de atribuir senhas de presença aos vogais da EML que, em sua opinião, é de certo modo afrontosa à dignidade daqueles que têm miseráveis rendimentos.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do cidadão Jorge Amaral Borges.

No uso da palavra, o cidadão Nuno Galego, morador na freguesia da Ribeira Chã referiu que a segunda reunião que houve na Ribeira Chã, sobre o talude da Rua de São José foi convocada pela Presidente da Junta de Freguesia e não pelos moradores da Ribeira Chã como o Senhor Presidente da Câmara disse. Comentou que dois dias depois foram distribuídos panfletos informando que havia transporte para as Festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres e questionou o que é mais importante é ir para as Festas do Senhor Santo Cristo ou o problema da Rua de São José. Acrescentou que não é só a Rua de São José que está em perigo, existem outras ruas que também estão em perigo e questionou se vão comprar as casas todas.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do cidadão Nuno Galego.

No uso da palavra, o cidadão Paulo Pires, morador na freguesia da Ribeira Chã referiu que esteve hoje a falar com o Senhor Presidente e continua sem perceber o que vai acontecer à sua casa. Esclareceu que não está aqui a pedir esmola nenhuma, apenas pretende ser informado do que vai acontecer à sua casa. Não pode fazer obras nem pintar a sua casa porque não sabe se vão ou não comprar a casa. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do cidadão Paulo Pires.

No uso da palavra, o cidadão José Pacheco, morador na freguesia da Ribeira Chã referiu que está presente nesta sessão na qualidade de cidadão, proprietário e Presidente da Associação de Moradores da Ribeira Chã. Informou que os Órgãos da Associação estão eleitos desde 26 de Abril de 2010, conforme consta do documento que foi entregue, pelo membro Pedro Monteiro.

Na sequência da intervenção do cidadão Nuno Galego referiu que gostaria de dizer o seguinte, quando se tenta tapar o sol com a peneira, mas há um documento da Junta de Freguesia e tem muita pena que não está aqui nesta sessão a Presidente da Junta de Freguesia, como também não a tem visto noutras circunstâncias. Informou que recebeu uma carta a convocar para uma reunião para falarem sobre o problema da Rua de São José. Nessa reunião o Senhor Presidente começou por dizer que o talude ia cair daqui a 50 anos que a situação não era assim tão má que ia falar com o Governo para tentar resolver as coisas. Houve a primeira reunião porque os moradores foram à Junta de Freguesia para saber o que se estava a passar, porque têm o seu património, têm família e filhos e deve ser das Ruas da Ribeira Chã que mais crianças têm, são poucas as casas onde não há crianças.

Na segunda reunião referiu que recebeu um telefonema da Junta de Freguesia para reunir com o Senhor Presidente da Câmara e pessoas do Governo Regional. A verdade é que nunca teve a oportunidade de falar com a Senhora Presidente da Junta de Freguesia que nunca lhe atendeu. Queria perguntar se a reunião era com o Presidente da Associação ou com os moradores. Quando consegui falar foi-lhe informado que a reunião afinal era com quem ele quisesse que fizesse o que achasse melhor. Acrescentou que há tanta boa vontade e tanto empenho em resolver o problema da Rua de São José mas nem para convocar uma reunião houve papel.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio solicitando que o cidadão José Pacheco baixasse o seu tom de voz que não era preciso se exaltar e falasse com calma.

Mais referiu o cidadão José Pacheco que não há documento escrito sobre o que se vai fazer na Rua de São José e acrescentou que é anti-democrático tratar um processo destes com esta leveza e leviandade e caso não tivessem ido à Junta de Freguesia levantar a questão neste momento estariam como estávamos em 2001.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interrompeu o cidadão José Pacheco referindo que já percebemos o problema e a sua indignação.

Neste contexto, o Senhor Vereador Rui Ramos interveio, sem pedir o uso da palavra, referindo que não há direito de cortar a palavra ao povo, o cidadão José Pacheco estava no uso da palavra e fala com o tom que acha que é conveniente para tratar este assunto.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou que baixassem o tom de voz e para falarmos todos com modos que não pode ser aos berros, pois não estamos em nenhum mercado.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

Sem mais assuntos a tratar, sendo vinte e três horas e vinte minutos, foi dada por encerrada esta sessão pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e para constar foi lavrada a presente acta, que depois de lida e aprovada será assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

---

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

---

O SEGUNDO SECRETÁRIO

---